



Cultura e política nos anos 1970: o fim do ciclo das vanguardas no Brasil

Marcelo Ridenti*

O tema da cultura e da política na América Latina é imenso e fascinante. Aqui pretendo lançar uma mirada bem específica sobre ele, tomando como referencial a sociedade brasileira dos anos 1970, que possivelmente possa ter uma ligação com o que se passava em outros países da América Latina. O texto foi concebido originalmente para uma breve exposição oral, não tem a preocupação com notas de rodapé e outras formalidades que se restringem ao mínimo necessário. Busca-se, essencialmente, propor uma hipótese para debate.

Eis, em síntese, a proposta sugerida: os anos 1970, tanto no âmbito da política como naquele da cultura de esquerda, ficaram marcados pelo fim do "ciclo das vanguardas" na sociedade brasileira. Ele teria começado em 1922 – na cultura com a Semana de Arte Moderna e na política com a fundação do Partido Comunista –, encerrando-se politicamente com a derrota das esquerdas armadas na primeira metade dos anos 1970, contemporânea do esgotamento do tropicalismo, última expressão significativa do vanguardismo artístico brasileiro. Com o esgotamento das coordenadas históricas que deram vida a esse ciclo, apontava-se o início de um novo, marcado na política de esquerda pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e no âmbito artístico e cultural pela fragmentação dita pós-moderna.

O termo vanguarda (*avant garde*) tem uma relação com os combates militares em que alguns avançam, colocam-se à frente, enquanto outros

* Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Pesquisador do CNPq.

ocupam a retaguarda. No sentido político, a concepção de vanguarda é tributária dos bolcheviques, vitoriosos na revolução russa de 1917: o Partido – organizado de modo secreto e centralizado – propunha-se como a vanguarda condutora das lutas do proletariado, sua organização política, detentor da análise científica da História, formulador da consciência de classe revolucionária atribuída aos trabalhadores. No âmbito das artes, a noção de vanguarda também tem um aspecto de combate, capitaneado por aqueles que seriam portadores do novo em ruptura revolucionária com a ordem artística estabelecida.

Tanto na política como na cultura, o ciclo das vanguardas vai grosso modo da década de 1920 até o início dos anos 1970. Ele corresponde ao desenvolvimento econômico acelerado e à consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, a partir da modernização autoritária imposta por duas ditaduras, com o intervalo democrático-desenvolvimentista de 1946 a 1964. Em meados da década de 1970, já estava estabelecida no país uma típica sociedade de classes cuja complexidade e fragmentação dificultariam a organização de vanguardas significativas política e culturalmente.

Até o início dos anos 1970, ainda havia um forte eco da agitação política e cultural que convulsionou a sociedade brasileira na década anterior. Ela se ancorava em coordenadas históricas específicas que caracterizam sociedades que adentram definitivamente na modernidade urbana capitalista, conforme a proposta analítica de Perry Anderson: a “intersecção de uma ordem dominante semi-aristocrática, uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário semi-insurgente”. Em suma, o modernismo – marcado por diferentes e sucessivas correntes ditas de vanguarda – caracteriza-se historicamente: 1) pela resistência ao

academicismo nas artes, ligado a aspectos pré-capitalistas na cultura e na política, em que as classes aristocráticas e latifundiárias dariam o tom; 2) pela novidade de invenções industriais de impacto na vida cotidiana, justificando esperanças libertárias no avanço tecnológico; 3) e pela ‘proximidade imaginativa da revolução social’, fosse ela mais “genuína e radicalmente capitalista” ou socialista.¹

Essas coordenadas históricas do modernismo sugeridas por Anderson estiveram presentes na sociedade brasileira no ciclo das vanguardas políticas e estéticas, que corresponde ao amadurecimento de um processo histórico, social, político e econômico da sociedade brasileira dos anos 1920 até meados dos 1970 – a longa jornada da revolução burguesa no Brasil, como diria Florestan Fernandes.² Em diferentes conjunturas, a partir de 1922, colocou-se a luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais; revelou-se um otimismo modernizador com sucessivos saltos na industrialização; também um impulso revolucionário, alimentado por movimentos sociais e portador de ambigüidades nas propostas de revolução brasileira, democrático-burguesa (de libertação nacional), ou socialista, com diversas gradações intermediárias.³

Nos anos 1970, com a derrota das esquerdas brasileiras pela ditadura e os rumos dos eventos políticos internacionais, perdeu-se a proximidade imaginativa da revolução social, paralelamente à modernização conservadora da sociedade brasileira e à constatação de que o acesso às novas tecnologias

¹ Perry Anderson. Modernidade e revolução. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 14, p. 2-15, fev. 1986.

² Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

³ Cf. Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Ed. UNESP/FAPESP, 1993. E Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro, artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

não correspondeu às esperanças libertárias no progresso técnico em si. Então, ficou explícito que as vanguardas artísticas perderam o solo em que diferentes movimentos se sustentaram desde a semana de 1922.

Paradoxal é que a nova ordem da ditadura – uma vez devidamente punidos com prisões, mortes, torturas e exílio os que ousaram se insurgir abertamente contra ela – soube dar lugar aos intelectuais e artistas de oposição, especialmente a partir do período da chamada “abertura” do regime, promovida durante o governo do general Geisel (1974-1978). Nos anos 1970, concomitante à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha esboçando desde a década de 1960 nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente por intermédio do Estado.

As grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), do Ministério das Comunicações e de outros investimentos governamentais em telecomunicações que buscavam a integração e segurança do território brasileiro. Ganhavam vulto diversas instituições estatais de incremento à cultura, como a Empresa Brasileira de Cinema (Embrafilme), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e o Conselho Federal de Cultura. À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis em bancas de jornal), de agências de publicidade etc. Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de artistas (cineastas, poetas, músicos, atores, artistas gráficos e plásticos) e intelectuais (sociólogos,

psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 1970, quando o governo também passou a ser um dos principais anunciantes na florescente indústria dos meios de comunicação de massa.⁴

Com a plena inserção da sociedade brasileira na terceira revolução tecnológica capitalista, a partir dos anos 1960/70, a esfera cultural e artística ficou quase totalmente envolvida pela mercantilização. O espaço cultural passaria a ser quase totalmente submetido à lógica mercantil – e nesse sentido tendia a diluir-se a presença cultural de esquerda.⁵

Por sua vez, no aspecto estritamente político, reitero que as esquerdas armadas provavelmente tenham sido a última expressão significativa do ciclo histórico que se abriu com a fundação do Partido Comunista em 1922, caracterizado pelas concepções ditas de vanguarda da classe operária. Após a derrota da luta armada, abria-se novo período histórico, as esquerdas brasileiras tenderiam a apostar nas lutas das “bases” por direitos sociais, a valorizar as liberdades civis e a democracia associadas à idéia de socialismo, ainda que sem consenso sobre esses conceitos. Iniciava-se o ciclo das bases, hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, ciclo que duraria até o início do século XXI, paradoxalmente quando o PT chegou ao governo federal.

Ou seja, na política de esquerda, o período vanguardista seria sucedido pelo ciclo das bases, marcado pela organização de baixo para cima de segmentos significativos do operariado em sentido estrito, de setores

⁴ Cf. Renato Ortiz. *A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵ Cf. Celso Frederico. A política cultural dos comunistas. In: Quartim de Moraes, João (org.). *História do marxismo no Brasil, III. Teorias. Interpretações*. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 275-304, 1998.

assalariados das classes médias e também de parcelas das camadas populares inseridas em outras formas de sociabilidade capitalista – processo indissociável das lutas sociais no processo de (re)democratização da sociedade brasileira.

Era o tempo dos novos movimentos sociais, do novo sindicalismo, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), informadas pela Teologia da Libertação, enfim, da mobilização social de trabalhadores urbanos e rurais, incluindo setores significativos das classes médias, no período da transição democrática. A ele correspondeu certa aproximação de setores artísticos com os movimentos populares, embora o processo predominante tenha sido a consolidação inequívoca da indústria cultural.

A partir de meados da década de 1970 – com os primeiros sinais de esgotamento do modelo econômico conhecido como milagre brasileiro, e com a abertura do regime militar, durante o governo Geisel –, houve a retomada das atividades oposicionistas, lentamente organizada pelas bases dos movimentos sociais, enquanto crescia o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ainda o único partido de oposição consentido pelos militares. Muitos artistas engajaram-se politicamente nesse processo, não só retratando-o em suas obras, mas mobilizando-se politicamente em favor, por exemplo, das candidaturas do MDB, da campanha pela anistia aos presos políticos, ou do ciclo grevista ilegal iniciado pelos trabalhadores de São Bernardo em 1978, que logo se espalhou pelo País, fugindo ao controle dos patrões e dos militares, sempre dispostos a reprimi-los.

Diferentemente dos anos 1960 e início dos 70, em geral, esse engajamento significou um apoio às causas de esquerda a título individual, do artista como cidadão – ou incluindo em seu trabalho veiculado pela indústria

cultural alguma mensagem política, por exemplo, em filmes ou letras de canções. Contudo, houve alguns casos de engajamento orgânico de grupos artísticos com as causas da oposição e os movimentos sociais, em que ainda se preservavam laços de criação coletiva, alternativa à integração de cada artista dentro da ordem, a procurar fazer sua carreira individual no mercado de trabalho da indústria cultural. Por exemplo, a partir de 1972, começaram a surgir grupos teatrais alternativos, com atuação política na periferia, em associações de bairro e comunidades eclesiais de base da Igreja católica, mas sem compromisso com propostas estéticas de vanguarda. Foram experiências significativas mas passageiras, que tenderam a minguar junto com os movimentos sociais do período.

O pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil tenderia a inviabilizar quaisquer atividades grupais que pudessem embasar socialmente uma arte subversiva, numa era de ocupação quase completa do espaço cultural pela lógica mercantil, dificultando a produção e a invenção estéticas assentadas nas experiências de grupos. Ou seja, impunha-se a “atomização reificada” típica do capitalismo contemporâneo, nos termos de Jameson.⁶

O ciclo das bases corresponde ao amadurecimento de um processo histórico, social, político e econômico da sociedade brasileira no decorrer do século passado, em que se generalizaram o trabalho assalariado e a produção em moldes capitalistas avançados, em paralelo com a diversificação da sociedade do trabalho, a ampliação de novas formas de sociabilidade capitalista, não redutíveis ao assalariamento. Foi um processo também de amadurecimento das lutas dos trabalhadores pelos seus direitos sociais amplos num país que se tornara eminentemente urbano na década de 1970, com todos

⁶ F. Jameson. Reificação e utopia na cultura de massa. *Crítica Marxista*, vol. 1, n. 1, São Paulo: Brasiliense, p. 1-25, 1994.

os problemas sociais, políticos e culturais gerados pela transformação tão acelerada nas relações sociais. Eis alguns dados, tirados dos censos do IBGE: em 1950, 36,16% da população era urbana; em 1960, 44,67%; em 1970, os habitantes das cidades já chegavam a 55,92%; em 1980, a 67,59% (o processo segue em curso: no último censo, de 2000, 81,25% da população era urbana e 18,75% rural).

Na década de 1970, o ciclo das bases começou com forte resistência às concepções vanguardistas, embora a valorização das lutas populares autônomas não descartasse a idéia de partido. Ao lado da difusão da crítica às organizações de quadros como os partidos marxistas-leninistas, ganhava destaque a famosa frase do Manifesto Comunista, segundo a qual a emancipação da classe trabalhadora é obra da própria classe. Na leitura dos setores hegemônicos de esquerda a partir do final dos anos 1970 no Brasil, isso significava especialmente que a emancipação viria “das bases” e não de sua suposta vanguarda.

Isso não significa que os partidos comunistas tenham deixado de atuar. Eles seguiam na clandestinidade e vieram a ser legalizados em meados dos anos 1980, com a redemocratização. Mantinham sua organização marxista-leninista, mas com atuação cada vez mais institucional, abrindo-se também à ascensão das “bases”, cujas lutas entretanto tinham dificuldades crescentes para dirigir. Outras organizações vanguardistas – caso especialmente das trotskistas – continuaram a existir, mas em geral como tendências dentro do hegemônico PT ou em paralelo a ele, sempre valorizando as lutas de massas e a organização pela base. Em suma, as organizações de vanguarda perderam a hegemonia no seio das esquerdas, embora ainda existam várias até nossos dias.

O distanciamento que já temos hoje desse período permite questionar a auto-proclamada autonomia das bases, organizadas especialmente nos movimentos populares, no novo sindicalismo e nas comunidades eclesiais de base (CEBs). Ou seja, esvaziada a vaga de mobilização popular de base dos anos 1970-80, começaram a evidenciar-se os limites dos discursos ideológicos que a acompanharam, esboçando-se um novo período na história da esquerda brasileira, que pode ser chamado de institucionalidade defensiva. O ciclo das vanguardas estéticas e políticas já estaria sepultado, bem como aquele que o sucedeu na história das esquerdas. Mas isso já seria tema para uma outra exposição.⁷

⁷ Em texto recente, propus a subdivisão da história das esquerdas brasileiras em quatro ciclos: 1. anarquista; 2. das vanguardas; 3. das bases; 4. da institucionalidade defensiva. Cada um deles corresponderia a momentos da organização da sociedade de classes no Brasil. Cf. Marcelo Ridenti. Trabalho, sociedade e os ciclos na história da esquerda brasileira. In: S. M. de Araújo; M. A. Bridi; M. Ferraz (Orgs). *O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006, p.23-41.